



Bolsas
Na sexta-feira

1,52%

São Paulo

0,46%

Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias

177.547

174.041

21/7

22/7

23/7

24/7

Dólar

Na sexta-feira

Últimos

20/ julho	5,089
21/julho	5,073
22/julho	5,051
23/julho	5,083

Salário mínimo

Na sexta-feira

Últimos

R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na sexta-feira

R\$ 5,777

CDI
Ao ano

14,15%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,03%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88
Abril/2026	0,67
Maió/2026	0,58
junho/2026	0,16

COMÉRCIO EXTERIOR

Tarifaço pode afetar até 32% das vendas para os EUA

Segundo especialistas, novas taxas impactam não só as vendas, mas a economia como um todo, por influenciar o câmbio

» ROSANA HESSEL

Com a entrada em vigor das sobretaxas dos EUA de 25% e de 12,5%, anunciadas nesta semana, as estimativas do governo e de consultorias especializadas sobre o impacto da medida na pauta exportadora variam de 23,1% a 32% em relação ao volume de vendas para o mercado norte-americano. Além disso, analistas reconhecem que esse novo tarifaço não afeta apenas as empresas exportadoras, mas a economia como um todo, pois influencia o câmbio e a inflação, sem contar que também deve impactar na corrida eleitoral.

A sobretaxa de 12,5%, que entrou em vigor ontem, faz parte de uma ação comercial do gabinete do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) contra 60 parceiros comerciais que não adotaram ou não aplicaram, de forma efetiva, mecanismos para barrar a importação de mercadorias produzidas com trabalho forçado. O Brasil foi taxado pela maior tarifa, de 12,5%, junto com outras 40 economias. Outras 19 receberam uma taxa menor, de 10%, como é o caso da Argentina.

As justificativas do USTR, contudo, estão sendo consideradas “arbitrárias” e “sem fundamentos” não apenas pelo governo brasileiro, como também por autoridades de vários blocos e países, como é o caso da União Europeia e da China – o mais tarifado pelos EUA e principal alvo dessa ofensiva comercial de Donald Trump.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) estima que 23,1% das exportações brasileiras para os Estados Unidos estejam sujeitas às novas sobretaxas decorrentes das investigações conduzidas com fundamento na Seção 301, sendo que 16,5% das exportações são alcançadas simultaneamente pelas duas medidas, e, portanto, sujeitam-se à sobretaxa acumulada de 37,5%, que é o caso de produtos como máquinas e equipamentos; vários tipos de madeira; gorduras e óleos; calçados; móveis; confecções. Por outro lado, o órgão informou que 52,7% das exportações brasileiras para os EUA não serão alcançadas pelas sobretaxas adicionais dos EUA como é o caso de produtos

como café, carnes, ferro fundido, aeronaves, suco de laranja, frutas, vários produtos químicos e a maior parte das exportações de celulose.

Com base nos dados do comércio bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos de 2024, o economista-chefe da MB Associados elaborou uma tabela sobre os impactos das novas tarifas dos EUA e tem um dado mais impactante, pois prevê que 27,7% das exportações brasileiras, ou US\$ 12,4 bilhões, devem ser atingidas pela tarifa de 37,5% e, somando com os impactos individuais das tarifas de 25% e de 12,5%, esse percentual passa para 32%, totalizando US\$ 14,3 bilhões (ver quadro).

Os cálculos de Sergio Vale mostram ainda que R\$ 19,3 bilhões da pauta exportadora do país ainda seguem isentos. Contudo, ele alertou para a queda do volume exportado, que, neste ano, já encolheu 13% no primeiro semestre na comparação com 2025, conforme dados do próprio Mdic.

De acordo com dados da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), a nova tarifa de 12,5% deve atingir um volume de US\$ 12,5 bilhões em exportações anuais de produtos brasileiro para os Estados Unidos, sendo que 85,3% dessas vendas, equivalentes a US\$ 10,7 bilhões, devem ter efeitos cumulativos com as tarifas de 25% que entrou em vigor na quarta-feira, resultando em sobretaxas de 37,5% — um dos níveis mais elevados aplicados pelos Estados Unidos a seus parceiros comerciais. A entidade reconheceu que o Brasil passa a ser um dos países mais tarifados pelos Estados Unidos, e ainda reforçou a necessidade de manutenção do diálogo bilateral apesar do endurecimento das tarifas por parte dos EUA. A Amcham, inclusive, reiterou que “medidas de reciprocidade não contribuem para superar as divergências atuais e apresentam elevado risco de provocar uma escalada política e comercial, agravando os impactos econômicos para empresas, trabalhadores e consumidores brasileiros”.

Reciprocidade

Apesar de o governo ter sinalizado que pretende acionar a Lei da Reciprocidade, Sergio Vale, da MB Associados, também fez alerta

Pauta Brasil-EUA

Estimativas da situação final dos principais produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos após as duas ações da Seção 301 do gabinete do Representante de Comércio dos EUA (USTR)



Situação	US\$ bilhões	% da pauta
Produtos sujeitos à tarifa de 37,5% - (Empilhamento de 25% mais 12,5% das taxas adicionais dos EUA)	12,359	27,7
Máquinas e equipamentos	3,158	7,1
Madeira	1,408	7,1%
Açúcar fora da quota e etanol	0,956	2,1
Borracha e pneus	0,472	1,1
Sebo e gorduras	0,433	1,0
Demais itens	5,933	13,3
Sujeita só a 12,5% (pelotas, quartzito, óleo de laranja, mel)	1.517	3,4
Sujeita só a 25% (açúcar em quota, enxofre, sucata de alumínio)	0,394	0,9
Isenção condicional – Aviões, peças e produtos farmacêuticos	4,122	9,2
Isentos de ambas as ações	19,275	43,2
Excluída – Seção 232 (aço, alumínio, cobre, veículos)	4,466	10,0
Fora do alcance– 9801 (bens dos EUA retornados)	2,433	5,5
Total	44,568	100,0
Base tarifada total (37,5% + só 12,5% + só 25%)	14,271	32,0
Custo tarifário bruto anual (estático, base 2024)	4,923	—

Fonte: MB Associados/USITC DataWeb/USTR/Pauta Brasil-EUA/valores CIF

para os riscos de uma medida mais drástica. Para ele, o melhor caminho a ser trilhado pelo governo é a busca por novos mercados. “A retaliação, em geral, não é o caminho. Acho que o melhor caminho é, de fato, gradativamente buscar novos mercados. Esse deveria ser o objetivo central do governo”, aconselhou. Na avaliação de Vale,

o governo Trump deve continuar elevando tarifas ao longo dos próximos anos. “Certamente ele tem um fetiche tarifário muito claro, muito evidente, especialmente com máquinas, equipamentos industriais, com indústria tradicional. Ele acha que os Estados Unidos podem produzir isso tudo lá. Ele sempre pensou em tarifa dessa

forma, então tudo que tem sido usado como argumento de Pix, trabalho forçado, tudo isso é subterfúgio para uma decisão que a priori já estava sendo tomada desde o ano passado”, explicou.

Para o especialista, não deveria haver uma mudança de pensamento do governo Trump para diminuir as tarifas. Pelo contrário.

“Essas novas tarifas vieram para ficar e, quanto mais tempo ficar, de fato, a percepção dessas tarifas de que elas não vão mudar, mais vai haver queda de exportação para os Estados Unidos, especialmente de volume, porque essa nova tarifa, de 37,5% é extremamente elevada, então, o choque a longo prazo vai ser de perda de mercado dos EUA”, alertou.

O professor emérito de história do Brasil da Brown University, James Green, também alertou sobre o risco de uma retaliação aumentar o atrito entre Brasil e Estados Unidos, mas reconheceu que o Brasil tem todo o direito de defender a soberania nacional, e, se for necessário também aumentar tarifas. “O que Trump está fazendo é totalmente injusto. Não tem nada a ver com a realidade econômica e é uma punição ao Brasil. É uma interferência nas eleições de 2026, porque vai criar uma situação de inflação e isso vai acabar prejudicando o governo atual e favorecendo a oposição”, pontuou.

Entidades seguiram criticando a medida dos EUA. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), por meio de nota, ontem, repudiou a imposição de nova sobretaxa de 12,5% sobre produtos brasileiros, sob o argumento de combate ao comércio de bens produzidos com trabalho forçado. A entidade ainda reforçou que a justificativa apresentada pelos EUA não corresponde com a realidade brasileira. “Vale ressaltar, ainda, que o Brasil é reconhecido há décadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelos fortes compromissos assumidos no combate ao trabalho forçado”, acrescentou. Além de elogiar o pacote de financiamento de R\$ 18,5 bilhões para os exportadores afetados pelo tarifaço, ontem, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) também defendeu a manutenção do diálogo. “Nós entendemos que a negociação continua o caminho correto neste momento em que é necessário retomar diálogos pela ampliação das exclusões e pelo auxílio financeiro ao exportador impactado”, afirmou, em nota enviada ao **Correio**.

Governo prepara resposta

» ARMANDO HOLANDA

Técnicos de diferentes áreas do Executivo analisam a ordem executiva publicada por Washington e tentam dimensionar os impactos sobre o comércio bilateral, diante da possibilidade de que as novas sobretaxas sejam somadas às tarifas já existentes para determinados produtos.

A interpretação preliminar é de que, em alguns casos, mercadorias brasileiras poderão acumular a tarifa original aplicada nas relações comerciais entre os dois países, a sobretaxa de 12,5% e, ainda, a tarifa adicional de 25% anunciada pelo governo norte-americano na última quarta-feira. Se confirmada, a sobreposição poderá elevar significativamente o custo de exportação para setores específicos.

Enquanto conclui o levantamento técnico, o governo brasileiro

iniciou os procedimentos previstos na Lei da Reciprocidade Econômica. Segundo interlocutores, a decisão não representa uma retaliação imediata, mas o começo dos estudos para definir possíveis medidas para definir possíveis medidas

A orientação é identificar respostas que provoquem maior impacto sobre os Estados Unidos sem gerar prejuízos relevantes para empresas e consumidores brasileiros. Entre as alternativas previstas na legislação estão novas tarifas e medidas envolvendo propriedade intelectual, patentes e royalties.

Integrantes do governo avaliam que a abertura formal do processo fortalece a posição brasileira nas negociações, ao demonstrar capacidade de reação sem fechar espaço para uma solução diplomática. (colaboraram Raphael Pati e Fernanda Strickland)

ANDREW CABALLERO-REYNOLDS/AFP



O Congresso dos EUA pede ação de Trump contra regulação de BigTechs

Planalto vê pressão de big techs

Integrantes do governo Lula avaliam que a ofensiva de parlamentares republicanos dos Estados Unidos contra o projeto brasileiro de regulação dos mercados digitais representa mais uma tentativa de interferência em um debate de competência exclusiva do Estado brasileiro. Na leitura de interlocutores do Planalto, a pressão busca proteger os interesses das grandes empresas de tecnologia norte-americanas.

A análise do Planalto ocorre após um grupo de 20 congressistas republicanos encaminhar uma carta ao representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, pedindo que a administração do presidente Donald Trump adote medidas contra o Brasil em razão do projeto de lei que regula os mercados digitais e amplia os poderes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

(Cade) para coibir práticas anticoncorrenciais das plataformas digitais.

O documento, enviado na última quinta-feira, é liderado pelos deputados Adrian Smith, do Nebraska, e Jim Jordan, de Ohio, e conta com a assinatura de outros 18 parlamentares republicanos. No texto, os congressistas argumentam que a proposta brasileira pode prejudicar empresas norte-americanas e defendem que a Casa Branca utilize instrumentos de política comercial para barrar o avanço da iniciativa.

Segundo fontes do governo, o Brasil conduzirá a discussão independentemente da pressão exercida por Washington. A avaliação é de que as big techs utilizam seu peso econômico e político para tentar impedir o avanço de marcos regulatórios que possam servir de referência para outras nações. (AH)